

ANÁLISE DA ESTRUTURA DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO E SUA RELAÇÃO COM A DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO, TENDO COMO BASE UM CASO REAL

Felipe Gabriel do Prado Schuertz¹

Erico Eleutério da Luz²

RESUMO

Este projeto compreende um trabalho de investigação sobre os conceitos e as estruturas correspondentes a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método indireto e a Demonstração do Resultado do Exercício, com vistas a compreender suas relações conceituais e suas diferentes gerações de valores, tendo como base a análise de um caso real. Neste caso, discorreremos também a relação existente entre essas demonstrações e seu diferimento entre geração de caixa e geração de lucro demonstrando os efetivos resultados e a sua influência na tomada de decisões, visando sempre o melhor resultado possível e como uma análise entre a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Fluxo de Caixa, pelo método indireto, podem levar maior assertividade no futuro da sociedade e evitando possíveis cenários negativos com base nas demonstrações financeiras da sociedade empresária denominada de Magazine Luiza S/A, que são disponibilizadas publicamente via Comissão de Valores Mobiliários devido sua tipificação societária e seu faturamento.

Palavras-chave: Lucro. Caixa. Demonstração. Resultados.

¹ Aluno do 5º período do curso de Ciências Contábeis da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2018-2019). *E-mail*: fschuertz@hotmail.com

² Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Norte do Paraná. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: erico.luz@fae.edu

INTRODUÇÃO

Os relatórios contábeis apresentam a situação econômica ou financeira das entidades e nesse sentido temos os relatórios de saldos, como o balanço patrimonial, e os relatórios que apresentam fluxos, como a Demonstração do resultado do exercício e a demonstração do fluxo líquido de caixa. Esses dois relatórios demonstram o fluxo de entradas e saídas de recursos do disponível (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata) e o fluxo de receitas e despesas que compõem a demonstração do resultado do exercício.

Esses dois fluxos (caixa e lucros), embora não coincidam no tempo, ao longo dos períodos contábeis se relacionam, pois, o lucro ou prejuízo (DRE) acabam se refletindo na geração de caixa.

1 ESTADO ATUAL DE CONHECIMENTO SOBRE O PROBLEMA

A contabilidade no Brasil é fortemente regulada, seja por leis específicas (Lei 6.404/76 e Lei 10.406/2003) ou por normas emanadas dos órgãos reguladores, que serão estudados adiante. Mais precisamente a partir do ano de 2005, o Brasil optou por aderir às regras internacionais de contabilidade, mais precisamente os IFRS, numa tradução livre “Regras internacionais de relatórios financeiros”. Uma das novidades trazidas pela convergência é a obrigatoriedade da elaboração do fluxo de caixa. A análise da gestão do caixa proporciona o estudo do fluxo de recursos (origens e aplicações do dinheiro), num sentido mais amplo, em determinado período. A geração de caixa nos níveis desejados pela organização é dependente de uma rentabilidade líquida adequada, pois a quantidade de lucro obtido, em maior ou menor tempo, irá refletir-se no caixa. Existem dois métodos de estruturação do fluxo de caixa: o direto e o indireto.

O método direto consiste na apuração da variação do saldo de caixa a partir dos encaixes e desencaixes ocorridos num período. Para efeito de análise da geração de caixa o método mais indicado é o indireto. Por esse método utiliza-se o lucro líquido do exercício (ajustado por valores que transitam pelo resultado, mas não afetam o caixa), contemplando-se as variações ocorridas nas contas circulantes e não circulantes que representam origens e aplicações de caixa.

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é um relatório que expressa o montante de receitas e despesas geradas em determinado período e que, em observância ao princípio da competência, serão escrituradas nesse período. É elaborada concomitantemente com o Balanço Patrimonial e os demais relatórios obrigatórios

por força da Lei n. 6.404/76. Pode-se dizer que trata de um resumo das operações realizadas pela empresa no decorrer de determinado período de tempo e que envolvem uma receita e um consumo de recursos (gasto ou uma perda). Esse relatório oferece, ao gestor, um dos valores mais importantes dos negócios, que é o resultado (lucro ou prejuízo) líquido do exercício.

Essa demonstração deve ser estruturada de forma dedutiva, contemplando-se primeiramente todas as receitas (ganhos), bem como e as despesas e custos (gastos) ocorridos num exercício e que formaram o resultado desse período.

A demonstração do resultado proporciona o estudo da estrutura, a formação e a composição do resultado de um determinado exercício social. Por meio de sua análise, pode-se compreender a performance econômica e financeira de qualquer atividade.

Os critérios de avaliação de ativos e passivos monetários e os critérios utilizados para efetuarmos as provisões podem influenciar para mais ou para menos o resultado empresarial e isso vai representar a maior ou menor possibilidade de a entidade manter-se no mercado uma vez que é a remuneração que ela está obtendo pelo capital aplicado.

A Demonstração do Resultado é composta por receitas e despesas reconhecidas ou apropriadas em obediência ao princípio da competência. Receita é a contrapartida que a empresa obtém por uma venda efetuada ou um serviço prestado. As receitas originam-se da atividade comercial da entidade, mas também podem ter origem numa atividade secundária, a atividade financeira. Nesses casos, derivam de rendimentos obtidos de aplicações financeiras, de descontos obtidos em negociações com fornecedores e também de juros cobrados dos clientes quando do recebimento de títulos com atraso.

Há uma estreita vinculação entre a geração de caixa e a geração de lucros, porém muito pouco explorada por estudos e pesquisas, especialmente para se explicar a vinculação entre os dois relatórios. É o que se propõe este estudo, ou seja, analisar as vinculações entre a geração bruta de caixa com o lucro bruto, a geração operacional e a geração líquida de caixa e os lucros operacional e líquido, que formam a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício.

2 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa é um relatório obrigatório a partir da publicação da Lei 11.638/2007, que alterou o artigo 176 da Lei 6.404/76, Inciso IV que assim determina, que será discorrida no subitem 5.1.

3 CONCEITO

As Sociedades Anônimas (S/A) de capital fechado não são obrigadas a declarar a DFC se dispuserem uma receita bruta superior a R\$ 2.000.000,00 como é disposto no §6 da Lei 6.404/1976. Embora a referida lei possibilite uma isenção as S/A de capital fechado e Limitadas de grande porte ou qualquer outro tipo societário, salvo os citados por lei, devem elaborar a Demonstração de Fluxo de Caixa para o devido acompanhamento empresarial.

Foi regulamentada a DFC pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução CFC 1.296/2010:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

4 OBJETIVOS

Vale lembrar, no entanto, que o fluxo de caixa da empresa não depende exclusivamente do administrador financeiro e sim da sinergia do conjunto de todas as áreas. Matarazzo (2009, p. 309) cita que ele [...] decorre de múltiplas decisões (de diferentes áreas), como nível de estocagem, prazos concedidos aos clientes, prazos obtidos de fornecedores, expansão, estabilização ou redução do volume de atividades (produção e vendas), investimentos no ativo permanente, bem como as possibilidades de aporte de capital. Sempre analisando os fluxos de caixa e em situação de caixa com superávit é possível avaliar a possibilidade de aumentar estoques, aumentar prazos de vendas a clientes, repor maquinários e instalações, entre outros.

Tudo dependerá de como se comportará o fluxo de caixa, não comprometendo a eficiência da gestão. E com o a situação de caixa em déficit e possível reduzir tudo o que for possível de custos e despesas, melhorar a adequação dos compromissos ao fluxo de caixa, injetar recursos de sócios e em últimos casos tomar empréstimos.

Nesse caso, é claro, tudo deve ser feito de forma que não se comprometa a operação e que também não resulte em quedas de vendas, rentabilidade etc.

As necessidades emergenciais de caixa podem ser supridas através das várias modalidades de empréstimos, que normalmente se encontram à disposição no mercado, conforme citado no item Mercado Financeiro.

Para a adequada gestão dos recursos, é imprescindível um fluxo de caixa contemplando todas as previsões de entradas e saídas, o qual permitirá também observar eventuais distorções importantes entre o previsto e o realizado, para as necessárias correções.

5 MÉTODOS

Neste subtópico discutiremos os métodos de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa e quais são suas características e sua abrangência.

5.1 MÉTODO DIRETO

O método indireto demonstra as entradas e saídas brutas de entradas (dinheiro) dos componentes das atividades operacionais, por exemplo, recebimentos de vendas das mercadorias e serviços e pagamentos a fornecedores e empregados.

IMAGEM 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Direto

Fluxo de Caixa	
Das Atividades Operacionais	
(+) Recebimentos de Clientes e outros	
(-) Pagamentos a Fornecedores	
(-) Pagamentos a Funcionários	
(-) Recolhimentos ao Governo	
(-) Pagamentos a Credores Diversos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades Operacionais	
Das Atividades de Investimentos	
(+) Recebimento de Venda de Imobilizado	
(-) Aquisição de Ativo Permanente	
(+) Recebimento de Dividendos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Investimentos	
Das Atividades de Financiamentos	
(+) Novos Empréstimos	
(-) Amortização de Empréstimos	
(+) Emissão de Debêntures	
(+) Integralização de Capital	
(-) Pagamento de Dividendos	
(=) Disponibilidades geradas pelas (aplicadas nas) Atividades de Financiamento	
Aumento / Diminuição Nas Disponibilidades	
DISPONIBILIDADES- no início do período	
DISPONIBILIDADES- no final do período	

FONTE: <https://janusinvestimentos.com/outras-ideias-para-investir/demonstracao-de-fluxo-de-caixa-dfc/>

5.2 MÉTODO INDIRETO

Este método faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações, por isso é chamado de método da conciliação. É uma forma mais gerencial de se demonstrar a influência das políticas de concessão de prazos a clientes e negociação com fornecedores na geração de caixa operacional em determinado período. Por isso é o método mais utilizado pelas empresas. Por este modelo pode-se, inclusive, proceder a uma análise combinada entre o resultado (bruto, operacional, líquido) procedente da Demonstração do Resultado do Exercício e a geração bruta, operacional e líquida de caixa. Em uma empresa com baixa rentabilidade operacional (resultado operacional) haverá num futuro próximo uma baixa geração operacional de caixa, sendo que nesses casos seguidamente se vê o empresário buscando o mercado financeiro (empréstimos) para complementar o financiamento de sua atividade operacional e esse aspecto poderá comprometer o lucro líquido futuro (volume maior de despesas financeiras) o que poderá comprometer a geração líquida de caixa. Isso poderá criar um círculo vicioso, comprometendo a própria continuidade do negócio. Portanto, o acompanhamento e análise da geração de caixa são essenciais para uma eficácia na gestão empresarial.

IMAGEM 2 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto

Fluxo de Caixa Direto	
Atividades Operacionais	
Recebimento de Contas a Receber	2.008.490
Pagamento de Fornecedores	(1.368.600)
Pagamento de Impostos sobre Vendas	(24.400)
Pagamentos de Desp. Vendas e Adm.	(116.300)
Pagamentos de Desp. Financeiras	(23.300)
Pagamento de IR e CSSL	(48.290)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	427.600
Atividades de Investimentos	
Valor de Compra de Imobilizados	(603.000)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(603.000)
Atividades de Financiamentos	
Captação de Novos Empréstimos	100.000
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	100.000
Varição líquida no caixa	(75.400)
Caixa no início do período	200.000
Caixa no final do período	124.600

FONTE: <https://i2.wp.com/orcamentoempresarial.com/wp-content/uploads/2018/05/fluxo-de-caixa-direto1.png?resize=386%2C499&ssl=1>

6 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)

6.1 CONCEITO E OBJETIVO

DRE tem uma suma importância, pois ela pode ser de grande proveito a investidores, bancos, governo e aos próprios administradores da empresa, que por meio dela consegue avaliar sua capacidade já que Segundo Marion (2003, p. 127) “A DRE é extremamente relevante para avaliar desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo. O lucro é o objetivo principal das empresas”.

O artigo 187 da Lei 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) instituiu a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, ela é regida também pelo CPC 26, ambas instituem o conjunto de rubricas mínimas que deve apresentar na Demonstração: com os detalhes necessários das receitas, despesas, ganhos e perdas e definindo claramente o lucro ou prejuízo líquido do exercício, e por ação, sem confundir-se com a conta de Lucros Acumulados, onde é feita a distribuição ou alocação do resultado. Para Ludícibus (2004, p.194) “A Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período. É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo)”.

A DRE é feita ao mesmo tempo em que o Balanço Patrimonial, e não é possível fazer este relatório separado do outro. Ela descreve as operações realizadas pela empresa em um determinado período. No Brasil a Demonstração deve ser elaborada obedecendo ao princípio do Regime de Competência, de acordo com o Manual de Contabilidade Empresarial “Por este princípio, as receitas e as despesas devem ser incluídas na operação do resultado do período em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independente de recebimento ou pagamento”.

7 RESUMIDAMENTE, A DRE DE UMA EMPRESA SE ESTRUTURA DA SEGUINTE MANEIRA:

Receita Bruta

(-) Deduções e abatimentos

(=) Receita Líquida

(-) CPV (Custo de produtos vendidos) ou CMV (Custos de mercadorias vendidas)

(=) Lucro Bruto

- (-) Despesas com Vendas
- (-) Despesas Administrativas
- (-) Despesas Financeiras
- (=) Resultado Antes IRPJ CSLL
- (-) Provisões IRPJ E CSLL
- (=) Resultado Líquido.

A DRE assim como outras demonstrações contábeis é um artifício essencial para avaliar a saúde financeira da empresa.

8 METODOLOGIA

8.1 CONCEITO

A metodologia pode ser conceituada como a espinha dorsal da pesquisa, isto é, o delineamento do estudo.

9 DA COLETA DE DADOS

Os dados são segregados em primários e secundários.

Os dados Primários foram extraídos da doutrina, da legislação aplicada de periódicos e de artigos científicos.

Por outro lado, os dados secundários foram extraídos das citações de outros doutrinadores nas obras consultadas.

10 OBJETIVO PRINCIPAL

Analisar a relação entre as gerações de caixa, via demonstração de fluxo de caixa pelo método indireto e a geração de lucros oriundos da demonstração do resultado do exercício e suas respectivas vinculações.

11 ANÁLISE DE CASO

A partir desse pretexto faremos uma breve análise demonstrativa e detalhada sobre a relação da geração de caixa e a geração de lucros inspirando-se em um exemplo

real diretamente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), uma empresa de capital aberto denominada “Magazine Luiza S/A”:

TABELA 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Magazine Luiza continua

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		597.429	389.022	597.429	389.022
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	13	187.808	87.087	189.434	87.851
Depreciação e amortização	16 e 17	161.811	142.099	163.690	143.059
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados	19	49.714	180.742	49.714	180.759
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(18.299)	(53.244)	(18.299)	(53.244)
Equivalência patrimonial	14 e 15	(61.841)	(92.022)	(57.757)	(86.156)
Movimentação da provisão para perdas em ativos		130.212	88.692	130.550	88.582
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	98.428	49.832	95.113	45.279
Resultado na venda de ativo imobilizado	26	88	(2.875)	88	(2.875)
Apropriação da receita diferida	26	(76.947)	(42.820)	(76.947)	(42.820)
Despesas com plano de opção de ações		17.673	5.594	17.673	5.594
Lucro líquido do exercício ajustado		1.086.076	752.107	1.090.688	755.051
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(910.101)	(712.268)	(925.580)	(713.915)
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros		867.363	(399.682)	867.149	(399.682)
Estoques		(878.508)	(402.908)	(882.998)	(408.717)
Contas a receber de partes relacionadas		(98.920)	(26.315)	(92.707)	(25.707)
Tributos a recuperar		(85.443)	73.465	(85.919)	73.175
Outros ativos		2.406	(39.017)	2.962	(39.084)
Variação nos ativos operacionais		(1.103.203)	(1.506.725)	(1.117.093)	(1.513.930)

TABELA 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Magazine Luiza

continua

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		1.170.434	544.552	1.185.107	554.581
Salários, férias e encargos sociais		18.972	47.031	19.946	48.174
Tributos a recolher		22.170	6.304	22.420	7.171
Contas a pagar a partes relacionadas		32.548	16.563	32.543	16.566
Outras contas a pagar		74.045	125.160	71.778	124.736
Variação nos passivos operacionais		1.318.169	739.610	1.331.794	751.228
Imposto de renda e contribuição social pagos		(96.622)	(29.040)	(100.589)	(31.799)
Recebimento de dividendos		39.444	60.374	31.364	58.927
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		1.243.864	16.326	1.236.164	19.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(284.531)	(100.529)	(285.072)	(101.995)
Aquisição de ativo intangível	17	(76.490)	(67.228)	(79.334)	(68.819)
Recebimento de venda de imobilizado		–	3.152	–	3.152
Aumento de capital em controlada em conjunto e AFAC em controladas	14	(46.332)	(5.425)	(30.000)	–
Investimento em controlada		(3.212)	(1.000)	294	(996)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(410.565)	(171.030)	(394.112)	(168.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	19	–	502.617	–	502.617
Pagamento de empréstimos e financiamentos	19	(412.590)	(1.433.953)	(412.590)	(1.434.097)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	19	(53.157)	(214.018)	(53.157)	(214.029)
Pagamento de dividendos		(114.273)	(32.369)	(114.273)	(32.369)
Alienação (aquisição) de ações em tesouraria	22	(75.652)	27.244	(75.652)	27.244

TABELA 1 – Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto – Magazine Luiza

conclusão

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Recursos provenientes da emissão de ações		–	1.144.000	–	1.144.000
Pagamento de gastos com emissão de ações, líquido de tributos		–	(30.619)	–	(30.619)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(655.672)	(37.098)	(655.672)	(37.253)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		177.627	(191.802)	186.380	(186.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		370.926	562.728	412.707	599.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		548.553	370.926	599.087	412.707
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		177.627	(191.802)	186.380	(186.434)

FONTE: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?=Tp4bxceKH46nJfI7OQiGCg==>

Podemos identificar as alterações baseando também na Demonstração do Resultado do Exercício:

TABELA 2 – Demonstração dos Resultados do Exercício – Magazine Luiza

continua

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	23	15.385.737	11.799.027	15.590.444	11.984.250
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	24	(10.941.965)	(8.305.003)	(11.053.022)	(8.378.239)
Lucro bruto		4.443.772	3.494.024	4.537.422	3.606.011
Receitas (despesas) operacionais: Com vendas	25	(2.713.474)	(2.095.278)	(2.747.447)	(2.119.953)
Gerais e administrativas	25	(557.944)	(503.352)	(596.143)	(536.026)
Perdas com créditos de liquidação duvidosa		(59.737)	(41.914)	(59.737)	(41.921)
Depreciação e amortização	16 e 17	(161.811)	(142.099)	(163.690)	(143.059)
Resultado de equivalência patrimonial	14 e 15	61.481	92.022	57.757	86.156
Outras receitas operacionais, líquidas	25 e 26	49.608	32.224	53.389	36.486

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Lucro operacional antes do resultado financeiro		1.062.255	835.627	1.081.551	887.694
Receitas financeiras		149.528	159.363	133.929	110.107
Despesas financeiras		(426.546)	(518.881)	(428.617)	(520.928)
Resultado financeiro	27	(277.018)	(359.518)	(294.688)	(410.821)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		758.237	476.109	786.863	476.873
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13	(187.808)	(87.087)	(189.434)	(87.851)
Lucro líquido do exercício		597.429	389.022	597.429	389.022
Lucro atribuível a: Acionistas controladores		597.429	389.022	597.429	389.022
Lucro por ação Básico (reais por ação)	22	3,162	2,203	3,162	2,203
Diluído (reais por ação)	22	3,137	2,186	3,137	2,186

FONTE: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?Tp4bxceKH46nJf170QiGCg==>

Nota-se que o ativo teve um crescimento significativo em seus percentuais pelos seguintes motivos, aumento em investimentos de longo prazo como imobilizado que obteve um aumento de valores.

Ao verificar a conta de clientes de ativo circulante nota-se que ela perdeu uma porcentagem significativa de representatividade ativo mas em compensação houve um aumento na conta mas este aumento não se reflete na conta de receita bruta, o que leva a verificar que pode ser que a empresa tenha aumentado o prazo de pagamento de clientes deixando assim mais inflada a conta ou está tendo alguns problemas de clientes que não está pagando em dia.

O ativo circulante teve uma queda em comparação com o ano 1, essa queda deve-se a uma possível reestruturação da empresa a longo prazo já que ele teve um aumento.

TABELA 3 – Balanço Patrimonial – Ativo Circulante – Magazine Luíza

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)					
	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	548.553	370.926	599.087	412.707
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	409.111	1.259.553	409.111	1.259.553
Contas a receber	9	2.024.685	1.233.983	2.051.557	1.241.290
Estoques	10	2.790.726	1.953.963	2.810.248	1.969.333
Contas a receber de partes relacionadas	11	193.635	99.985	190.190	96.766
Tributos a recuperar	12	299.746	198.894	303.691	200.678
Outros ativos		46.357	75.754	48.506	77.290
Total do ativo circulante		6.312.813	5.193.058	6.412.390	5.257.617

FONTE: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?Tp4bxceKH46nJfI7OQiGCg==>

O aumento do ativo não circulante concentra-se principalmente na conta de imobilizado que obteve um grande crescimento.

O ativo circulante teve uma diminuição em suas disponibilidades, porém, não houve um aumento na conta de fornecedores em relação ao estoque. Tendo capital próprio.

IMAGEM 3 – Balanço Patrimonial – Ativo Não Circulante – Magazine Luíza

Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	8	-	-	214	-
Contas a receber	9	7.571	4.741	7.571	4.741
Tributos a recuperar	12	150.624	166.033	150.624	166.033
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	171.488	219.321	181.012	223.100
Depósitos judiciais	21	349.228	310.899	349.239	310.901
Outros ativos		32.442	42.464	34.154	44.387
Investimentos em controladas	14	146.703	78.530	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	15	308.462	311.347	308.462	311.347
Imobilizado	16	749.463	567.085	754.253	569.027
Intangível	17	501.539	486.111	598.822	532.360
Total do ativo não circulante		2.417.520	2.186.531	2.384.351	2.161.896

FONTE: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?Tp4bxceKH46nJfI7OQiGCg==>

Com relação aos passivos e ao Patrimônio Líquido observa-se:

IMAGEM 4 – Balanço Patrimonial - Passivo e Patrimônio Líquido – Magazine Luíza

Total do passivo		6.427.461	5.305.612	6.493.869	5.345.536
Patrimônio líquido	22				
Capital social		1.719.886	1.719.886	1.719.886	1.719.886
Reserva de capital		52.175	37.094	52.175	37.094
Ações em tesouraria		(87.015)	(13.955)	(87.015)	(13.955)
Reserva legal		65.644	39.922	65.644	39.922
Reservas de lucros		546.851	288.371	546.851	288.371
Ajuste de avaliação patrimonial		5.331	2.659	5.331	2.659
Total do patrimônio líquido		2.302.872	2.073.977	2.302.872	2.073.977

FONTE: <https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?Tp4bxceKH46nJfI7OQiGCg==>

Os capitais de terceiros aumentaram, significando que as vendas a prazo aumentaram, aumentando assim um posterior recebimento e seu valor em PCLD.

Houve alteração nas contas operacionais. Houve um aumento nas contas operacionais do ativo e no passivo um aumento favorável, pois houve um aumento mais significativo do que no passivo, assim, aumentando o ativo da empresa.

Seu percentual em relação aos empréstimos aumentou no Longo Prazo e pouco no Curto Prazo.

As receitas foram proporcionais aos custos obtidos durante o exercício, tornando-as favoráveis com relação aos seus custos/receitas do exercício.

Por obter um acréscimo em sua receita líquida o seu lucro seguiu a mesma linha aumentando o saldo. Porém, não seguindo o Lucro Líquido que teve uma queda, depois de todas as apurações realizadas no ano.

O lucro líquido não acompanhou o lucro bruto porque houve um aumento nas despesas financeiras em relação ao ano 2017 para o ano 2018. Houve um aumento muito significativo na conta de despesa financeira sendo uma possível tomada de empréstimos, já que seu passivo também teve um aumento afetando diretamente o lucro do período. No ano 2018, por exemplo, a empresa obteve um lucro bruto maior, mas quando incide as despesas financeiras, o lucro líquido se torna menor do que a dos anos anteriores com um aumento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo estão consubstanciados os resultados originários das pesquisas relacionadas aos objetivos específicos estabelecidos, necessários e suficientes para a consecução do tema consubstanciado nesse artigo.

Na análise sobre o estudo do problema, cujo teor contempla: qual o estado atual de estudo sobre o problema relacionado, sendo possível identificar os principais pontos necessários aos alicerces posteriores.

Na breve introdução sobre a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), discorreremos sobre o conceito, e detalhamos os principais pontos da DFC.

Comentamos também sobre quais são os objetivos da DFC e quais são as suas finalidades no mundo empresarial, onde muitas vezes se levado ao ponto de vista gerencial, pode influenciar até na gestão da empresa evitando ou melhorando alguns possíveis cenários.

Os métodos de realização da Demonstração do Fluxo de Caixa estão descritos e seus subitens que se diferencia em direta e indireta. Deste trabalho abordamos como se dispõe as etapas de confecção da demonstração e exemplificamos as suas estruturas.

Por outro lado, no item 9 foi abordado a forma e estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício, exemplificando também a sua estrutura, também, como seus conceitos e embasamentos legais, onde em seus subitens trazem a sua estrutura e tópicos detalhados para a sua elaboração.

Por fim, trazemos a Análise de Caso baseado em fatores reais uma vez que disponibilizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da empresa “Magazine Luiza S/A”, detalhando cada ponto conforme discorrido.

Diante das considerações acima referidas no sentido da importância dos conhecimentos destacados neste presente trabalho, que consideramos de suma importância os conhecimentos aqui adquiridos para a sequência de nossos estudos acadêmicos e vida profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. **Contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2018.

BRASIL. Lei 6.404/76 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. Resolução CFC n. 1.296, de 17 de setembro de 2010. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 out. 2010. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaoafc1296_2010.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26 (r1)**: apresentação das Demonstrações Contábeis. 41 f. Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GELBCKE, E. R. et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, S. de; LOPES, A. B. L. (Coord.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAGAZINE LUIZA S.A. **Demonstrações Contábeis**. São Paulo: KPMG, 2019. Disponível em: <<https://ri.magazineluiza.com.br/Download/ITR-DFP-?Tp4bxceKH46nJfl7OQjGCg==>>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

OLINQUEVITCH, J. L.; SANTI FILHO, A. de. **Análise de balanços para controle gerencial**. São Paulo: Atlas, 2004.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de; LEITE, J. da S. J. **Manual de normas internacionais de contabilidade**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.